FEMINISTAS DO LESTE E DO SUL, UMA CONTRIBUIÇÃO ESQUECIDA

As "avós vermelhas" do movimento feminista internacional

Apesar da produção editorial profícua, a história do feminismo tem seus pontos cegos. A contribuição dos países do antigo Bloco Oriental, por exemplo, raramente é mencionada. Entretanto, a aliança que amarra suas organizações de mulheres quelas das antigas colônias do Sul desempenhou um papel crucial no avanço da igualdade de gênero em todo o mundo

POR KRISTEN R. GHODSEE*

Se você é uma mulher que vive e trabalha no Ocidente nos dias atuais, provavelmente nunca ouvir falar das búlgaras Elena Lagadinova e Ana Durcheva, ou das zambianas Lily Monze e Chibesa Kankasa, às quais, no entanto, deve parte de seus direitos. Isso porque os vencedores da Guerra Fria apagaram de sua narrativa as muitas contribuições que as mulheres do Bloco Oriental e dos países do Sul deram ao movimento feminista internacional. O triunfalismo do Ocidente após o fim da União Soviética eliminou das memórias qualquer legado positivo associado à experiência socialista. Esta foi reduzida ao autoritarismo, às filas nas padarias, ao *gulag*, às restrições de viagens ao exterior e à polícia secreta.

O mundo ocidental tem a tendência de ignorar que a rápida modernização da Rússia e de alguns países da Europa Oriental coincidiu com o advento do socialismo de Estado. Em 1910, por exemplo, a expectativa de vida na Rússia czarista era de cerca de 33 anos, contra 49 anos na França. Em 1970, ela tinha mais que dobrado, chegando a 68 anos na União Soviética, apenas três anos menos do que na França. A União Soviética consagrou o princípio da igualdade jurídica entre os sexos em sua Constituição de 1918 e legalizou o aborto em 1920 – na vanguarda de todo o resto do mundo. Ela fez grandes esforços para financiar formas coletivas de cuidado das crianças, muito antes que o Ocidente se preocupasse com isso, e investiu maciçamente na educação e na formação das mulheres. Apesar das múltiplas disfunções do planejamento centralizado, o Bloco Oriental alcançou, após a Segunda Guerra Mundial, um significativo progresso científico e tecnológico, para o qual as mulheres contribuíram enormemente.

Claro, tudo estava longe de ser perfeito: a cultura patriarcal obrigou as mulheres a assumir, além do trabalho remunerado, as tarefas domésticas que os homens se recusavam a fazer. Por causa da escassez, comprar produtos básicos exigia tanto esforço quanto escalar o Himalaia; fraldas descartáveis e produtos de higiene feminina eram frequentemente impossíveis de encontrar. E os escalões superiores do poder político e econômico continuaram amplamente ocupados por homens. Ainda assim, os avanços foram notáveis. Após 1945, as mulheres que viviam na União Soviética e na Europa Oriental passaram a integrar largamente o mercado de trabalho, enquanto no Ocidente ficaram com frequência confinadas à cozinha e à igreja.

Durante a Guerra Fria, a condição das mulheres na sociedade despertou entre os dois blocos uma rivalidade que acabou estimulando avanços nos países ocidentais. Em 1942, os norte-americanos conheceram, fascinados, as proezas da jovem atiradora de elite soviética Lyudmila Pavlichenko (309 nazistas abatidos entre seus feitos), que fez uma turnê pelos Estados Unidos com a primeira-dama Eleanor Roosevelt. Os Estados Unidos só começaram a se preocupar com a ameaça representada pela emancipação das mulheres soviéticas após o lançamento do satélite Sputnik, em 1957. A União Soviética, que mobilizava duas vezes mais massa cinzenta que os Estados Unidos – a dos homens e a das mulheres –, iria deixá-los para trás na conquista do espaço? No ano seguinte, o governo norte-americano aprovou uma lei de defesa nacional alocando fundos para a formação científica de mulheres.

Em 14 de dezembro de 1961, o presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, assinou o Decreto n. 10.980, que criou a primeira Comissão Presidencial sobre a Condição da Mulher. Seu preâmbulo cita a segurança nacional como uma de suas razões de ser, não apenas porque o Estado precisava de um exército de reserva de trabalhadoras em tempos de guerra, mas também porque os líderes dos Estados Unidos temiam que os ideais socialistas seduzissem as donas de casa norte-americanas frustradas, jogando-as nos braços dos "vermelhos".

A COSMONAUTA SOVIÉTICA

Em 17 de junho de 1963, a primeira página do *New York Herald Tribune* trazia a seguinte manchete: "Soviética loira é a primeira mulher a ir para o espaço", enquanto a *do Springfield Union* dizia: "Soviéticos colocam em órbita primeira mulher cosmonauta". Os jornais publicaram imagens de Valentina Tereshkova, de 26 anos, sorrindo em seu escafandro de cosmonauta com a inscrição em cirílico "CCCP". "Os russos deram assim a prova de que as mulheres podem competir com os homens nos exercícios mais difíceis aos quais nos convida o desenvolvimento da tecnologia", escreveu Nicolas Vichney na edição do jornal *Le Monde* (18 jun. 1963). Enquanto os líderes ocidentais continuavam temendo as consequências da libertação das mulheres da vida familiar tradicional, os soviéticos haviam colocado uma delas em órbita... Em reação ao número de medalhas de ouro acumuladas pelas atletas soviéticas nos Jogos Olímpicos de Munique, em 1972, os norte-americanos liberaram naquele ano um orçamento federal para o atletismo feminino. Cada avanço no Bloco Oriental obrigava os países capitalistas a tomar novas medidas.

Até o início dos anos 1970, a União Soviética e seus aliados dominaram os debates sobre a situação da mulher dentro da ONU. Eles também ocuparam um lugar central nos congressos organizados pela Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIF), fundada em Paris em 1945 por ativistas de esquerda, reunindo participantes de quarenta países. Os governos ocidentais, geralmente chefiados por homens, retrataram a FDIF como uma "organização criptocomunista". Seu ramo norte-americano, o Congresso de Mulheres Americanas, foi dissolvido em 1950 após uma investigação da Comissão Parlamentar sobre Atividades Antiamericanas. Em janeiro de 1951, a sede da FDIF teve de sair de Paris depois que sua presidente, Eugénie Cotton, também chefe do ramo francês da federação (a União das Mulheres Francesas), fez campanha contra a guerra colonial na Indochina.

Em suas novas instalações estabelecidas em Berlim Oriental, a FDIF tornou-se uma poderosa caixa de ressonância dos interesses das ex-colônias no mundo. No fim da década de 1960, a federação e suas organizações afiliadas incentivaram as nações emergentes da África e da Ásia a criar organizações de mulheres no modelo daquelas que existiam na Europa Oriental, oferecendo para isso apoio financeiro e logístico.

No contexto da descolonização, a via socialista que combinava a nacionalização dos recursos naturais, o planejamento econômico e o desenvolvimento dos serviços sociais constituía uma alternativa atraente ao neocolonialismo oferecido pela manutenção do modelo capitalista. Muitos líderes de países independentes do Sul forjaram então alianças com aqueles do Bloco Oriental – para grande desgosto dos Estados Unidos, que temiam a expansão da influência soviética. Ao mesmo tempo, as organizações da Europa Oriental colaboraram com aquelas que surgiam na Ásia, na África e na América Latina. Juntas, elas contestavam a ideia de que as mulheres pudessem encontrar soluções para seus problemas dentro de estruturas político-econômicas que perpetuavam outras formas de opressão e desigualdade.

Por iniciativa da FDIF, conforme a proposta de uma delegada romena, a ONU declarou 1975 Ano Internacional da Mulher, buscando chamar a atenção de governos de todo o mundo para a condição feminina. A iniciativa foi estendida para uma Década para as Mulheres, marcada por três importantes conferências na Cidade do México (1975), em Copenhague (1980) e em Nairóbi (1985). Trabalhando em conjunto com a ONU, uma coalizão de mulheres do Leste e do Sul conseguiu impor uma agenda progressista cujos ecos perduram.

O véu do esquecimento que recaiu sobre a contribuição dos países socialistas para a libertação das mulheres deve-se a uma acepção estreita da causa feminista no Ocidente. Ao longo do século XX, e ainda hoje, ativistas de inspiração marxista têm sido critica-

dos por sua indiferença às questões de raça e gênero e por sua tendência a priorizar a luta de classes sobre todas as outras grandes divisões da sociedade. No entanto, os antigos países socialistas da Europa Oriental que reivindicavam tal tradição fizeram mais para promover a emancipação das mulheres e a descolonização do que se admite, especialmente quando comparados aos países ocidentais. De Tirana, ao sul, a Tallinn, no norte, de Budapeste a Vladivostok e além, em países como China, Vietnã, Cuba, Nicarágua, Iêmen, Tanzânia e Etiópia, o ideal soviético da "mãe trabalhadora" levou os Estados a financiar creches, cantinas públicas e programas especiais dedicados a apoiar suas cidadãs. Enquanto as mulheres norte-americanas lutavam para poder frequentar universidades reservadas aos homens e ter igualdade de oportunidades na vida profissional, os Estados socialistas já haviam adotado uma série de reformas destinadas a garantir o equilíbrio entre a vida profissional e a familiar. Como nos disse Arvonne Fraser, ex-delegada norte-americana da FDIF na Cidade do México e em Copenhague: "Ninguém queria admitir, menos ainda um membro da delegação norte-americana, mas havia pouca dúvida de que as mulheres tinham mais poder, pelo menos no plano jurídico, no bloco socialista".

Durante os preparativos para a I Conferência Mundial sobre a Situação da Mulher, da ONU, em 1975, não havia consenso sobre os objetivos do evento. Muitas ocidentais, sobretudo as norte-americanas e as francesas, esperavam que ele se concentrasse nas questões de igualdade jurídica e econômica, forçando os Estados-membros da ONU a adotar medidas para atenuar as disparidades entre homens e mulheres. Nos Estados Unidos, por exemplo, as mulheres não podiam, na época, estudar em Harvard, Yale e Princeton; Columbia só permitiu a educação mista em 1981.

Em muitos países ocidentais, as mulheres lutavam por equidade salarial, igualdade no trabalho e proteção legal contra a discriminação sexista. Elas combatiam os preconceitos culturais que lhes atribuíam o papel "natural" de cuidar da família, em detrimento de sua autonomia. Mas a criação de uma nova ordem econômica mundial ou a resistência ao neocolonialismo lhes pareciam preocupações totalmente alheias ao desejo de afirmação das mulheres. "O Ano Internacional das Mulheres", declarou Françoise Giroud, chefe da delegação francesa e secretária de Estado para a Condição da Mulher sob a presidência de Valéry Giscard d'Estaing, "terá sido apenas mais uma trapaça se seus resultados forem sutilmente desviados para causas políticas nacionais ou internacionais, por mais urgentes, respeitáveis ou nobres que sejam."[1]

Essa não era a opinião das delegadas do Bloco Oriental, que pretendiam usar a conferência como uma tribuna para combater o que acreditavam ser as raízes da desigualdade entre os gêneros. Em particular, elas apoiavam os apelos das africanas, asiáticas e latino-americanas pela expropriação das grandes corporações herdadas da era colonial e pela nacionalização dos recursos como forma de financiar o desenvolvimento social e econômico, indispensável para a melhoria da condição feminina – e de todos.

Das 133 delegações presentes na Conferência Mundial do México, 113 eram presididas por mulheres. A União Soviética nomeou a astronauta Tereshkova para chefiar sua delegação, e a Bulgária escolheu Elena Lagadinova, uma doutora em Agrobiologia que foi a mais jovem engajada na luta contra a monarquia aliada aos nazistas na Segunda Guerra Mundial. A Zâmbia estava representada por Chibesa Kankasa, uma heroína da luta pela independência em relação aos britânicos que teve, porém, de cancelar sua ida por motivos pessoais. A cubana Vilma Espín de Castro, revolucionária de primeira hora e esposa de Raúl Castro, o irmão de Fidel, foi para relatar os avanços de sua ilha em termos de emancipação feminina: "Já alcançamos tudo o que esta conferência reivindica. O que podemos fazer aqui é compartilhar nossa experiência com outras mulheres. As mulheres são parte do povo, e, se você não falar de política, nunca mudará nada", lançou na tribuna a mulher que, em 1960, criou a Federação das Mulheres Cubanas, com milhões de filiadas.

Os Estados Unidos inicialmente cogitaram enviar um homem para representá-los: Daniel Parker, diretor da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid). Os norte-americanos encaravam a conferência como uma oportunidade para discutir *sobre* as mulheres. Assim, consideravam que um homem podia perfeitamente representar a posição de seu país a respeito dos temas na ordem do dia. Foi somente após protestos de feministas que Patricia Hutar foi nomeada corresponsável pela delegação. Além disso, os Estados Unidos impediram que a primeira-dama Elizabeth Ford participasse da conferência, temendo uma politização excessiva dos debates. Ao contrário, as mulheres do Bloco Oriental queriam contrabalançar o peso dos homens em cargos importantes da ONU e nos ministérios das Relações Exteriores, intervindo nas agitadas questões geopolíticas da época. Delegadas do Sul exigiam falar de desenvolvimento, colonialismo, racismo, imperialismo e redistribuição da riqueza em escala global. De fato, qual era o sentido de defender a igualdade entre homens e mulheres em uma África do Sul em pleno apartheid ou em uma ex-colônia devorada pela pobreza, pela violência e por níveis crescentes de dívida externa?

As delegadas africanas insistiam no fato de que a luta contra o racismo era tão importante quanto a luta contra o sexismo. "São dois lados da mesma moeda", declarou Annie Jiagge, juíza do Supremo Tribunal de Justiça de Gana, à frente da delegação de seu país. A jurista expressou sua frustração com as mulheres norte-americanas, que desejavam centrar o debate na igualdade entre os sexos quando seu presidente acabava de ajudar o general Augusto Pinochet a derrubar Salvador Allende, presidente democraticamente eleito do Chile, e bombardeava o Vietnã. Em um apelo publicado em 1975, intitulado "Ouvir as mulheres para mudar", Jiagge disse: "A emancipação feminina não tem sentido se não incutir nas mulheres a vontade de combinar sua própria liberdade com a luta para emancipar-se de todas as formas de opressão. A mulher libertada não deve tolerar que seu país oprima os outros. Em um mundo onde um terço da população monopoliza dois terços da riqueza total, os países ricos precisam adaptar seu modo de vida".[2]

Os Estados Unidos só começaram a se preocupar com a ameaça representada pela emancipação das mulheres soviéticas após o lançamento do satélite Sputnik

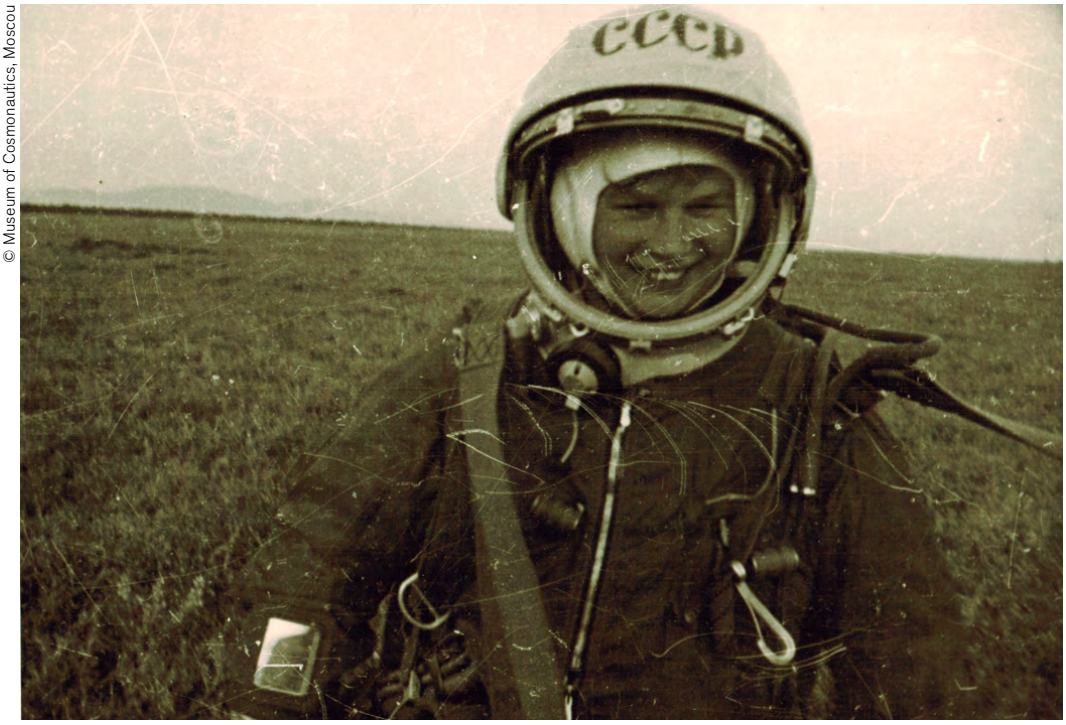
KARL MARX OU BETTY FRIEDAN

A solidariedade entre as mulheres dos países socialistas e as do Sul levantava problemas ideológicos para as ocidentais. Para sua grande surpresa, as companheiras do Sul repreendiam seu feminismo de inspiração liberal e tachavam suas ideias de imperialistas. As feministas do Sul consideravam que as norte-americanas e suas aliadas subestimavam o quanto as mulheres do resto do mundo viam no capitalismo a raiz de sua opressão. "Eu vi feministas na América do Norte surpresas ao descobrir que nem todo mundo compartilhava da convicção de que o patriarcado era a causa principal da opressão feminina e que as mulheres do Terceiro Mundo se sentiam mais próximas de Karl Marx do que de [feminista norte-americana] Betty Friedan", conta Jane Jaquette, cientista política norte-americana que participou do fórum de ONGs realizado paralelamente à conferência oficial da Cidade do México.[3] Nesse espaço de discussão informal, havia algumas mulheres ocidentais que reivindicavam para si um feminismo socialista ou comunista – era o caso sobretudo das mulheres negras, como Angela Davis e Claudia Jones. No entanto, suas ideias permaneceram na porta das delegações oficiais, onde o confronto Leste-Oeste prevalecia. "As norte-americanas descobriram que podiam ser vilipendiadas, o que chocou profundamente algumas delas", escreveu Arvonne Fraser em 1987 a respeito da conferência da Cidade do México. "O novo movimento feminista norte-americano exortou-as a considerar todas as mulheres como amigas, como um povo unido por uma causa comum. Perceber, em seu primeiro encontro internacional, que não era assim foi para algumas motivo de decepção e exasperação."[4]

Após a conferência da Cidade do México, muitos governos adotaram novas leis, passaram a coletar estatísticas e criaram escritórios e ministérios especiais para as mulheres. Graças aos esforços de diplomatas e ativistas, as proteções em termos de propriedade, herança, guarda dos filhos e nacionalidade[5] foram estendidas. Os Estados foram obrigados a generalizar a licença parental, as creches públicas, os benefícios para as famílias e outros recursos destinados a apoiar as mulheres em seu duplo papel de trabalhadoras e mães. Em 1980, em Copenhague, vários países-membros da ONU assinaram a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, tratado que os Estados Unidos e um punhado de países refratários, como o Irã, o Sudão e a Somália, ainda não ratificaram.

Ao longo da Década das Nações Unidas para as Mulheres (1975-1985), a FDIF coordenou e financiou a participação em conferências de centenas de ativistas do Sul, que foram para a Cidade do México, Copenhague e Nairóbi graças a passagens aéreas doadas pela Aeroflot, Balkan Air, JAT Yugoslav Airlines e outras companhias aéreas do Bloco Oriental. Em 1977, a FDIF e a Federação das Mulheres Cubanas abriram em Havana uma escola dedicada a preparar mulheres para cargos de responsabilidade na ONU. Uma estrutura semelhante foi criada em Sofia, em 1980, para ativistas africanas e asiáticas. Em 1985, a FDIF e o Comitê de Mulheres Búlgaras encarregaram-se de hospedar e alimentar centenas de mulheres africanas que participaram do fórum de ONGs realizado paralelamente à conferência de Nairóbi.

Apesar das tensões ocasionais, essas mulheres conseguiram tecer redes transnacionais. Lily Monze, figura importante do feminismo na Zâmbia, teve sua primeira experiência em uma conferência internacional em Moscou. Entrevistada em 2012, a ex-integrante da delegação oficial da Zâmbia em Copenhague e Nairóbi, que se tornou embaixadora de seu país na França, reto-



© Museum of Cosmonautics, Moscou

Valentina Tereshkova em treinamento para sua missão Vostok (1963)

mou as diversas formas de apoio dos países do Bloco Oriental às mulheres africanas que desejavam lutar contra o imperialismo ocidental. "Essa cooperação nos ajudou", disse ela. "Além das visitas recíprocas – às vezes elas vinham aqui, às vezes íamos vê-las –, pudemos contar com bolsas para estudar em países socialistas e com o pagamento de custos para participarmos das conferências." Esse apoio militante e material dos países socialistas levou o governo dos Estados Unidos a financiar organizações feministas liberais (centradas na questão da igualdade entre homens e mulheres) nos países do Sul. Estivesse seu país alinhado à União Soviética ou aos Estados Unidos, as mulheres do Sul se beneficiaram financeiramente da competição entre grandes potências, o que lhes permitiu participar de muitos eventos internacionais ao longo da década 1975-1985.

Em 2010, quando começamos nossa pesquisa sobre o movimento internacional pelos direitos das mulheres, nunca imaginamos a que ponto essa história havia sido distorcida em favor das feministas norte-americanas e suas aliadas ocidentais. Como a contribuição das mulheres do Bloco Oriental e do Sul pode ter sido apagada, apesar da influência de sua coalizão dentro da ONU e do eco de suas trocas internacionais?

Parte da resposta a essa pergunta está na transição brutal dos regimes comunistas para a "democracia" e o livre comércio. As mulheres que conhecemos na Bulgária entre 2010 e 2017 viviam com pequenas pensões de cerca de 200 euros por mês. Se tivessem reservado dinheiro para a aposentadoria, teriam perdido tudo quando os bancos búlgaros faliram em meados da década de 1990. Mesmo que tivessem guardado dinheiro debaixo do colchão, ele teria evaporado sob o golpe da hiperinflação que se seguiu. Os serviços públicos desapareceram, o sistema de saúde foi desmantelado e o preço dos medicamentos disparou.

Os vencedores da Guerra Fria não sofreram tais reveses. A maioria das mulheres norte-americanas que compareceram às três conferências mundiais pertencia às classes superiores e tinha o privilégio de viver em um país que continuava funcionando. Em 2007, Fraser considerava que ela e o marido viviam a "velhice de ouro", pois gozavam "de boa saúde física e contavam com uma poupança para a velhice, pensão, seguridade social, além de não terem nenhuma grande carga".[6] Eles tinham tempo e recursos para escrever suas memórias e produzir trabalhos de pesquisa sobre suas experiências durante a Década das Nações Unidas. Escreviam em inglês, em uma sociedade dotada de uma subcultura feminista dinâmica e desejosa de tornar pública a história das mulheres.

ARQUIVOS AMEAÇADOS

As ativistas feministas ocidentais geralmente têm influência e conexões para garantir que seus documentos pessoais sejam preservados em arquivos ou sociedades históricas e tornados acessíveis às jovens gerações de pesquisadores. Em 2018, morreram duas feministas norte-americanas que haviam tido um papel central durante a Década das Nações Unidas, com 92 e 100 anos. A primeira, Fraser, recebeu um obituário no *The New York Times*,[7] e a Minnesota Historical Society coletou oitenta caixas contendo, entre outras coisas, seus discursos e relatórios da época em que integrava a delegação oficial dos Estados Unidos na Cidade do México e em Copenhague. A segunda, Mildred Persinger, organizadora do Fórum Anual Internacional de Mulheres, realizado paralelamente à conferência oficial na Cidade do México, legou seus documentos à Biblioteca Wyndham Robertson, vinculada à Universidade Hollins, na Virgínia. Em geral, essas instituições dispõem de meios para digitalizar os documentos, o que facilita a busca por fontes de primeira mão por pesquisadores. Os arquivos de Persinger sobre a Década das Nações Unidas para as Mulheres também estão disponíveis em formato digital no banco de dados "Women and Social Movements, International", hospedado pela Alexander Street Press.

As mulheres dos países socialistas do Leste e do Sul não tiveram direito a tais atenções. A búlgara Ana Durcheva, que foi tesoureira da FDIF em Berlim Oriental de 1982 a 1990, morreu de parada cardíaca em 2014.[8] Elena Lagadinova, ex-presidente do Comitê das Mulheres da Bulgária e relatora-geral da conferência de Nairóbi, morreu dormindo em outubro de 2017.[9] Chibesa Kankasa, que já liderou a Brigada de Mulheres da Zâmbia, faleceu em 2018.[10] Essas três mulheres tinham arquivos pessoais e lembranças de suas atividades durante a Década das Nações Unidas para as Mulheres que teriam sido perdidos se seus proprietários não tivessem tido a generosidade de nos deixar fotografar e guardar uma parte deles.

Embora seus nomes sejam frequentemente esquecidos, essas mulheres formaram fortes coalizões baseadas em sua aspiração de construir um mundo mais justo e pacífico, onde os lucros não sejam mais importantes que as necessidades essenciais. Os ideais socialistas uniram-se na luta contra as injustiças perpetradas em nome da defesa do livre comércio, e essas solidariedades Leste-Sul habilmente usaram as rivalidades da Guerra Fria para forçar avanços em termos de direitos das mulheres em todo o mundo. Nossas "avós vermelhas" acreditavam que outro mundo era possível. Se suas vozes morreram, torcemos para que seus sonhos permaneçam.

***Kristen R. Ghodsee,** professora de Estudos Russos e da Europa Oriental e membro do Graduate Group of Anthropology da Universidade da Pensilvânia, é autora de *Pourquoi les femmes ont une meilleure vie sexuelle sous le socialisme* [Por que as mulheres têm uma vida sexual melhor sob o socialismo], Lux, Montreal, 2020.

1 Citado por Jennifer Seymour Whitaker, "Women of the World: Report from Mexico City" [Mulheres do mundo: relatório da Cidade do México], *Foreign Affairs*, v.24, n.1, Nova York, out. 1975.
2 Brochura disponível em: http://bcrw.barnard.edu/archive/militarism/listen_to_the_women.pdf.
3 Jane Jaquette, "Crossing the line: From academic to the WID office at USAID" [Cruzando a linha: da academia ao escritório do WID na Usaid]. In: Arvonne S. Fraser e Irene Tinker (dir.), *Developing Power: How Women Transformed International Development* [Poder em desenvolvimento: como as mulheres transformaram o desenvolvimento internacional], The Feminist Press at CUNY, Nova York, 2004.
4 Arvonne S. Fraser, *The UN Decade for Women: Documents and Dialogue* [A década das mulheres da ONU: documentos e diálogo], Westview Press, Boulder (Colorado) e Londres, 1987.
5 Em alguns países, as mulheres perdiam sua condição de cidadã ao se casarem com um homem de outro país, e seus filhos só podiam reivindicar a nacionalidade do marido. Ler Warda Mohamed, "Femmes arabes, l'égalité bafouée" [Mulheres árabes, igualdade desprezada], *Le Monde Diplomatique*, jan. 2014.
6 Arvonne Fraser, *She's No Lady: Politics, Family, and International Feminism* [Ela não é uma dama: política, família e feminismo internacional], Nodin Press, Minneapolis, 2007.
7 Neil Genzlinger, "Arvonne Fraser, who spoke out on women's issues, dies at 92" [Morre aos 92 anos Arvonne Fraser, que tratou das questões das mulheres], *The New York Times*, 10 ago. 2018.
8 Cf. "A death in the field" [Morte no campo], Savage Minds, 8 jan. 2015.
9 Ver "The youngest partisan" [A mais jovem camarada], *Jacobin*, 12 jan. 2017.
10 Cf. "Freedom fighter and politician Mama Chibesa Kankasa has died" [Morre a política e ativista pela liberdade Mama Chibesa Kankasa], *Lusaka Times*, 29 out. 2018.